

AS LUTAS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP: para além da massa e da vanguarda

Maria Celma Borges¹

Resumo

Tendo como referência a terra, este artigo discute o conceito de “massa” para se pensar os homens e mulheres a compor o Movimento Sem Terra (MST), no Pontal do Paranapanema, São Paulo, visando evidenciar sujeitos a construir a história para além do olhar da mídia.

Palavras chave: MST. Pontal do Paranapanema. História. Massa.

Abstract

Having as reference the land, this article discusses the concepts of “masses” in order to think about the men and women that make the Sem Terra Movement (MST), in Pontal do Paranapanema, São Paulo, trying to show social agents making their history beyond the limits of the media.

Keywords: MST. Pontal do Paranapanema. History. Masses.

Introdução

Na análise de uma realidade específica, a dos homens e mulheres que constituíram o MST no Pontal do Paranapanema, discuto esse Movimento tendo como fontes centrais cadernos de formação e entrevistas realizadas com assentados, militantes e dirigentes dos assentamentos Santa Clara/Che Guevara e São Bento, em Mirante do Paranapanema-SP, entre os anos de 2000 a 2003². Objetivo tecer uma crítica ao conceito de “massa” e ao mesmo tempo avançar para além da “vanguarda”, no sentido de apreender as memórias de luta dos camponeses assentados, em particular quanto à trama vivida entre organização e demais sujeitos. Importa enfatizar o significado da terra para os camponeses.

As lutas camponesas: muito além da massa e da vanguarda ...

¹ Profa. Associada do Curso de História do Campus de Três Lagoas, UFMS. E-mail: celmaevitor@ibest.com.br.

² Este texto é parte inédita da tese de doutorado: “De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP”, defendida em 2004, na Unesp/Assis e publicada em livro: BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP*. São Paulo: Annablume, 2010.

Algum dia, não sei quando, as futuras gerações vão participar da colheita. Mas esta colheita só vai existir se, hoje, houver quem plante. A semente é humilde; a palavra humilde tem a mesma raiz da palavra ‘humus’ – que em latim significa terra. Ser humilde é ter os pés na terra. E não é fácil na militância ter os pés na terra³.

Para a análise das ações dos camponeses no Pontal do Paranapanema, particularmente daqueles que vivenciaram as primeiras experiências de luta do MST nessa região, faz-se necessário indagar sobre como fora se desenhando o termo “massa”, costumeiramente utilizado pela organização do Movimento, em grande parte de seus documentos e num dos seus setores (Setor de Frente de Massa), para designar os homens e mulheres que compõem a sua “força massiva”.

No Plano Nacional do MST, organizado para os anos de 1989 a 1993, encontra-se presente a preocupação em “[...] transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista”. Deste modo, cabe analisar o que significa para o Movimento “as lutas massivas”, indagando se elas são vistas pelo plano organizacional no sentido do quantitativo, ou se trazem elementos a sustentar a concepção da “massa”, “sem consciência”. Esse Plano enuncia, de forma clara, o desejo de transformação da sociedade como objetivo norteador das práticas do MST no cenário nacional, salientando a necessidade de rompimento com o caráter corporativista, a permanecer como entrave para o processo de lutas:

A luta pela terra é o motor principal da luta pela reforma agrária. No entanto, esta ainda permanece com caráter corporativista. Nesta nova conjuntura de desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores impõe-se a necessidade de transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista. [...] Desta forma, a luta pela terra se transforma numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta pela terra, vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico; o socialismo!⁴

Observa-se nesse trecho a preocupação de que “outras formas massivas de luta pela terra” sigam “educando as massas para a necessidade da tomada de poder”. É interessante o fato de que são as “formas massivas” que no processo “vão educando as massas”. Vale dizer, o saber construído pelas lutas de “massa”, no seu

³ BETTO, Frei. *Ética na militância*. Palestra proferida no Encontro Nacional do MST, Janeiro 2002, p.1. (mimeografado)

⁴ MST. Plano Nacional do MST- 1989 a 1993. *Caderno de Formação* n. 17. São Paulo, 1989, p.10.

interior. Essas considerações são relevantes para entender o MST constituindo-se pelas “massas” em seu “fazer-se”. Todavia, se essa questão está presente no Plano Nacional, o mesmo não se pode dizer em relação a outras publicações do Movimento.

No Programa de Reforma Agrária, elaborado no ano de 1996 pelo MST, há o reforço do seu caráter de movimento de massas: “Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político”. Esse Programa observou ainda que: “Lutamos por terra, Reforma Agrária e Mudanças na Sociedade”⁵. Lutar por terra e pela reforma agrária aparece, então, como espaços diferenciados. A luta por “mudanças na sociedade” amplia os objetivos desse movimento e organização social, na medida em que, no entendimento dos militantes e dirigentes, o acesso a terra seria uma primeira conquista, um primeiro passo a alimentar a caminhada, cheia de percalços, sendo esta luta um dos meios para se chegar à sociedade socialista, mas não o fim.

Fontes como os Planos e Programas tornam-se importantes para, na análise das práticas camponesas do MST no Pontal, tentar compreendê-las num cenário de construção nacional do Movimento, objetivando uma interpretação a ultrapassar os limites do local e, na análise da interioridade desse Movimento na região, também o conceito de “massa”, o qual limita a leitura das ações das pessoas.

Na análise dos aspectos gerais e específicos do MST, busco discutir esse Movimento e os agentes sociais a compor-lhe, tendo por referência particularmente os cadernos de formação e as histórias narradas pelos assentados, militantes e dirigentes no Pontal. Objetivo, neste texto, apreender as histórias e memórias de luta, principalmente em relação à trama vivida entre organização e demais sujeitos do MST, no que se refere à sua estruturação interna e ao trabalho na terra.

Na leitura das práticas e representações⁶ da organização e daqueles que fizeram da terra o seu espaço central de lutas, percebo que as experiências foram se desenhando em diversos tempos e lugares, apreendidas, quando da narrativa da participação dos camponeses no acampamento, em setores da estrutura orgânica do

⁵ MST. Programa de Reforma Agrária. *Caderno de Formação* n. 23. São Paulo. 2. ed., 1996, p.29.

⁶ Por “práticas e representações” entendo as práticas a partir da teoria de THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, e as “representações”, inspirada na perspectiva da psicologia social. Desse modo, busco um diálogo entre ambas as teorias, tendo como cerne as evidências históricas, como, por exemplo, os “marcos de memória” encontrados nas histórias narradas pelos homens e mulheres assentados no Pontal do Paranapanema e os quais mantêm vínculos com o MST.

Movimento, como da educação, de formação, de produção, de frente de massa, etc., bem como dos grupos da saúde, da alimentação, da segurança, da comunicação, dentre outros, responsáveis pela organização do acampamento; da participação em ocupações, em marchas, etc. No assentamento, a peleja com a terra torna-se norteadora das práticas para grande parte dos camponeses entrevistados, demonstrando outro momento de lutas que, sendo individual, familiar, se associa, em certas ocasiões, com o princípio das ações coletivas geridas pelo Movimento.

Ao indagar sobre o que mudou do acampamento para o assentamento, grande parte dos entrevistados enuncia que, quanto ao que se vivera no primeiro, as carências materiais faziam-se prementes, ainda que contornadas em vista da organização e do desejo da conquista da terra que lhes fazia caminhar, somando-se ainda às relações de sociabilidade e solidariedade vividas entre os grupos por meio do convívio com o coletivo e de uma luta comum. Já no assentamento, desenha-se o desejo do roçado nas práticas de cultivo da terra, mas também na criação de animais, principalmente, do gado leiteiro, por meio do trabalho familiar. Há, então, uma diluição do sentido coletivo que permeava o acampamento, vindo à tona valores que não se encerram na negação dos princípios que permeiam as práticas coletivas, mas da forma como elas passam a ser expressas em determinados momentos, principalmente pelo olhar voltado prioritariamente para a produção, por meio da cooperativa, a exemplo da “teoria organizacional do campo”, de Moraes⁷.

Mas, o que se depreende na análise das lutas pelos campos do Pontal é uma relação ambígua, costurada pelos camponeses em meio ao MST. Se, por um lado, demonstrou-se, de certo modo, autoritária a postura da organização quando do assentamento provisório no Che Guevara/Santa Clara,⁸ por propor a dimensão coletiva⁹ como o expoente máximo da luta em detrimento das ações individuais e de

⁷Ver: MORAES, Clodomir S. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. *Caderno de Formação* n. 11, São Paulo, 1986.

⁸Caume, ao discutir duas experiências de assentamentos, realizadas no Rio Grande do Sul e em Goiás, chama a atenção para a imposição do trabalho coletivo, nas Cooperativas, por parte da organização, pontuando ainda a resistência dos camponeses a essa forma de trabalho. Ver: CAUME, Davi José. *A tessitura do “Assentamento de Reforma Agrária”*: Discursos e Práticas Instituintes de um Espaço Agenciado pelo Poder. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

⁹A tese de Chaves é fundamental para a compreensão da importância do coletivo para o MST, ao assinalar que: “O coletivo é princípio estrutural ao MST: na forma de um princípio de organização – que deve ser colegiada –, na forma de uma estratégia de luta – a ação deve ser de massa –, assim como na forma de um valor de legitimação – princípio e objetivo de luta justificam-se na idéia de ser o ‘coletivo’, ele mesmo, um bem superior”. Consultar: CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha*

outras práticas de cooperação. Por outro lado, num jogo de forças em que se dá a defesa da “terra de trabalho”, cultivada pela família, o assentado, quando necessário, torna-se parte do coletivo, imprimindo-lhe faces que se confrontam à visão do homogêneo ou do conservadorismo.

A resistência frente ao coletivo e, com isso, a permanência do trabalho individual, ou melhor, familiar, na região analisada, explicita bem mais o desejo do assentado ser dono de seu próprio tempo e de seus sonhos do que a negação do MST como instrumento e representação de luta. As falas são categóricas na exposição da importância desse Movimento para a conquista da terra e a continuidade da luta.

Seu Nilo expôs, de forma nítida, essa questão, ao narrar o porquê de sua opção pelo trabalho individual e a associação, e não pelo coletivo através da organização de uma CPA pela militância no assentamento Che Guevara/Santa Clara, no início da década de 1990. Em sua fala tornou-se forte a expressão da liberdade, do direito de governar a própria vida, questão que lhe fora tão suprimida no percurso de toda a vida. Ao mesmo tempo em que reforçou a sua identidade com o MST, esse narrador definiu a sua alteridade, o direito de escolher os próprios rumos da vida e da produção:

Nós aqui era dois grupos, né? Quer dizer que aqui era o grupo coletivo e o individual. A associação coletiva e a associação individual. Quer dizer, a minha associação individual até hoje ainda permanece. Ela tem que eleger e tem tudo, né? O coletivo não agüentou um ano [...] o coletivo ele formou com 66 famílias e aí depois foi caindo, foi caindo [...] Quem formou o coletivo aí foi o Rainha, né? As militâncias tudo. Então eles formaram aquele coletivo e foi ficando pouco. Então eu que puxava o povo e o povo sempre dizia pra mim: ‘olha o senhor vai trabalhar individual?’ Eu digo: ‘não, eu vou trabalhar individual porque eu considero todos os companheiros, eu respeito, eu amo, eu tenho um sério respeito pelos companheiros. Agora o coletivo eu não vou trabalhar porque o coletivo já não é o individual, é vários coração, e o meu é um só’. [...].¹⁰

Esse relato é ilustrativo na exposição do que significa para esse entrevistado, assim como para inúmeros outros assentados, o sentido do trabalho coletivo e do individual. Esse camponês militou no MST pelos vários campos, cantos e recantos do Pontal, desde o princípio das ocupações.¹¹

Nacional dos Sem-Terra – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2000, p.107.

¹⁰ENTREVISTA. Nilo e Alzira. Che Guevara/Santa Clara, 02/06/2001.

¹¹ Há de se considerar, nesse ponto, a postura assumida pela maioria dos camponeses, a exemplo de Seu Nilo, bem como a retomada de valores pelo MST, em fins da década de 1990, no sentido de valorizar outras formas de produção e de saber no assentamento, as quais não se resumem ao trabalho

Histórias e memórias apreendidas sinalizam para o ser indivíduo e coletivo, em determinados momentos, imbricados. Tais questões apresentam-se como evidências históricas do modo como se constitui o MST. Estas evidências, se vistas em sua interioridade na prática de luta e no cotidiano em que são urdidas, contribuem para o entendimento das pessoas comuns também a lhe dar forma, sugerindo outra interpretação que não a de “massa” ou de luta pelas “conquistas imediatas”. Nessa perspectiva, as considerações de Montes são fundamentais para se pensar as práticas e representações construídas pelas pessoas comuns. Conforme essa autora:

[...] ‘a produção da vida material’ pode ser o ponto de partida, inescapável e ‘em última instância’ determinante da labuta quotidiana do homem pela sua sobrevivência, mas nem por isso esgota sua experiência de vida, nem constitui, portanto, o único terreno, e sequer o campo privilegiado, a partir do qual ele se dedica à tarefa infindavelmente recomeçada de conferir-lhe sentido, resistir ao sofrimento e inventar sempre novas razões de esperança, sem o que a existência se torna simplesmente insuportável¹².

Se o fator econômico determinou a entrada dos camponeses no MST, como se percebe nos relatos, no processo de lutas e no cotidiano do assentamento, outras dimensões da vida vão desenhando novos e antigos valores, sem que o elemento econômico necessariamente esteja ausente. Fatores políticos, sociais, culturais, etc vão “re-definindo” as práticas e representações dos homens e mulheres na luta para permanecerem na terra, em ações derivadas, num primeiro momento da defesa da “terra de trabalho”, mas sem que o sentido do coletivo deixe de existir como potencialidade para a prática histórica. Nesse entremeio importa entender se a dimensão política não poderia ser apreendida também no assentamento, a partir de saberes que não se limitam aos interesses imediatos.

coletivo, como se pode constatar nos assentamentos analisados. A proposta de várias formas de cooperação do Movimento, com a “comunidade de resistência e de superação” acena para essa reflexão. Em texto intitulado: “Comunidade de resistência e de superação”, observa Carvalho que: “A idéia geral sobre a Comunidade de Resistência e de Superação –CRS já está em debate, em particular junto a algumas áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, há aproximadamente dois anos”. Pelo que se depreende deste texto, esta proposta se apresenta como uma das possibilidades para se instrumentalizar as práticas de resistência dos pequenos agricultores na terra, na medida em que, ao se valorizar a cultura camponesa também como uma forma de resistência, passa-se a compreendê-la como estratégia para a permanência na terra inter-relacionada a transformações mais amplas. Consultar: CARVALHO, Horácio M. de. Comunidade de Resistência e de superação. Curitiba, Janeiro de 2002. (mimeografado)

¹² MONTES, Maria Lucia Aparecida. A. *Lazer e ideologia – A representação do social e do político na cultura popular*. 1983. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.303.

A cartilha intitulada “Vamos organizar a base do MST”, possibilita a apreensão dos limites do conceito de “massa”, como aquela que luta somente pelo imediato. A Cartilha salienta a necessidade de uma estrutura organizativa para dar sustentação ao “movimento de massas” e aos seus “diferentes níveis”. Para tanto, há uma distinção do que seja a “base” e do que seja a “massa”, destacando-se ainda o papel da direção e dos militantes.

- a) Direção: É o núcleo dirigente responsável pela direção, unidade e condução do movimento de massa. Deve estar a nível local, estadual e nacional.
- b) Militantes: São os que dão sustentação e organicidade ao movimento de massa. Ou seja, são as peças mais conscientes, que fazem o vínculo entre os objetivos e decisões que a organização toma com sua ampliação na base e no meio da massa.
- c) Base: São os trabalhadores que se identificam com a organização e se sentem parte dela.
- d) Massa: São todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão representatividade ao movimento. É a população atingida pelas mensagens e que pode ou não se mobilizar¹³.

Os trabalhadores sem-terra ou assentados seriam a “base”, cuja identidade corresponde à organização do MST, sentindo-se parte dele. Já a “massa” se mobiliza em torno de objetivos comuns e imediatos dando “representatividade” ao Movimento, podendo “ou não se mobilizar”. Generaliza-se, então, a interpretação na afirmativa de que seria a “massa” “a população atingida pelas mensagens”, inibindo-se a possibilidade de compreender aos camponeses como também capazes de produzir mensagens. Aos dirigentes cabe o papel de “direção, unidade e condução”; aos militantes dar “a sustentação e organicidade ao movimento de massa”, sendo “as peças mais conscientes”. Talvez esteja aí, no estabelecimento de “níveis de consciência”, os limites para a apreensão de saberes que os extrapolam. Observo ainda que, se nas primeiras publicações do Movimento, e mesmo em suas normas gerais, há a sinalização para a existência da “base”, aquela que dá a estruturação orgânica para o MST, é o termo “massa”, principalmente a partir da criação do setor de Frente de Massa, que passa a tomar fôlego nas publicações e na referência aos camponeses que não fazem parte da organização.

A consciência, como sugere E. P Thompson, desenha-se no “fazer-se” movimento, na experiência vivida por homens e mulheres em meio à opressão. Nesse “fazer-se” se encontram militantes, dirigentes, acampados, assentados “experenciando” práticas e representações de luta. Não se trata, então, de níveis de

¹³ MST. Vamos organizar a base do MST. *Cartilha* n.02, São Paulo, Março de 1995, p.8 (grifo meu).

consciência, mas de posições que vão sendo delineadas e determinadas no processo de lutas, na inter-relação do novo e o velho, da cultura e política, da economia, religiosidade, etc, como ensinou Edward P. Thomposon:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o 'ser' está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a 'consciência' (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadoras, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento.¹⁴

Dessa forma, é possível apreender nos assentamentos estudados saberes diferenciados que comungam o desejo da terra, de nela permanecer, de transformar o meio em que vive, mas ainda de preservar. Isto não quer dizer a negação do espaço de lutas, mas a afirmação de identidades e de alteridades, que necessitam ser interpretadas para além dos níveis de consciência.

A partir da análise dos cadernos de formação, principalmente nas publicações da última década, percebo, de certo modo, uma perda da referência do sentido de “base”, oriunda particularmente das influências de parte da Igreja Católica nos idos de 1970 e 1980, bem como do sindicalismo combativo da CUT, para surgir, o princípio de “massa”, particularmente na premissa da necessidade do “movimento massivo”, quantitativo¹⁵. Apresenta-se, desse modo, o princípio leninista da

¹⁴ Op. cit, p.16.

¹⁵ Seria interessante a realização de uma pesquisa buscando apreender em que momento do MST a “base” se separa da “massa” para a compreensão dos chamados “níveis de consciência”. Esse não é o cerne deste texto, o que teço a seguir são algumas inferências retiradas de uma das publicações do MST, as quais necessitam ser pesquisadas com a devida profundidade. Conforme esse caderno, num Encontro ocorrido entre os dias 19 e 23 de janeiro de 1987, em Piracicaba, com cerca de “150 lideranças” do MST, vindas de 17 estados, “onde o movimento existe ou está nascendo”, chama a atenção o fato de que a “massa”, como prerrogativa para a organização e para o encaminhamento das lutas, naquele momento não se fazia presente, ao menos nesta publicação. Os termos utilizados eram “base”, “povo”, mas a “massa” ainda não havia mostrado a sua face. Discorrendo sobre os “níveis de necessidade do Movimento”, ou seja, de trabalho, observava-se: a base; os militantes; as direções e lideranças. Como princípios do MST, “que devem orientar nossa prática”, se definia: “1- DIREÇÃO COLETIVA: Assumir coletivamente as decisões, com responsabilidades individuais 2- DIVISÃO DE TAREFAS E FUNÇÕES: Para cada companheiro, de acordo com sua vontade e habilidade. 3- CRÍTICA E AUTOCRÍTICA: Precisamos avaliar seriamente todos os passos de nosso trabalho. Sem isso, não vamos longe. 4- PLANEJAMENTO DE NOSSAS ATIVIDADES: Nada acontece por acaso. Temos que planejar nossa ações e a luta. 5- VINCULAÇÃO PERMANENTE COM AS BASES: Sem o povo não vamos a lugar nenhum. 6- ENVOLVER-SE COM AS LUTAS CONCRETAS DOS TRABALHADORES: o povo luta pelo que sente necessidade. 7- TER DISCIPLINA: Não basta cumprir horário. É preciso respeitar e cumprir com as decisões do coletivo. 8- FAZER COM PERFEIÇÃO E AMOR: Devemos procurar sempre fazer da forma mais eficiente. E com amor aquilo

vanguarda revolucionária para a organização, cuja leitura deriva na compreensão do ato de “ser mais consciente”, sustentando a interpretação de que a base e, particularmente, a “massa” são incapazes de pensar por conta própria, daí requerer o líder, que consciente da opressão, a conduzirá para as transformações. Por outro lado, o trecho abaixo, retirado do relato de Dona Creuza, é significativo para a percepção cristã do papel da militância no trabalho com os camponeses:

A gente necessita como militante, mas essas pessoas necessitam muito mais do que você, então ser militante é dedicar inteiramente para um povo que necessita muito de você, tirar de dentro de você aquilo que você tem de mais profundo e dedicar a essas pessoas todo amor, todo carinho, toda bondade por um povo que necessita, que não sabe o que é amor, que tão ali jogados, que já perdeu a esperança, que já perdeu a vontade de viver, que já perdeu tudo. Então eles, as pessoas vêem você um [...] eles olham em você e fala: ‘Meu Deus, você é tudo pra mim, você é a salvação da minha vida’. Muitas pessoas diz isso: ‘vocês vieram pra nos salvar’. Então eles tem você como a salvação deles, porque tiraram eles daquela vida sofrida, tiraram eles daquele mundo de sofrimento, e é uma vida que você se dedica realmente. Quando você sabe que você tá fazendo um trabalho por um povo que precisa, por um povo que sofre, você trabalha com toda a garra, com todo amor. É muito gostoso, é muito bom, é uma luta que você não tem, que você não tem [...] eu não tenho palavras pra expressar o que é ser militante, é muito além de você, é além de você, é uma coisa muito boa, muito gostosa.¹⁶

O relato de Zelitro torna-se emblemático ao expor os limites da discussão dos saberes e da constituição do MST na região do Pontal, centrados exclusivamente na leitura dos líderes, vistos como síntese deste Movimento. Ao ultrapassar a designação de “massa” e de “vanguarda” e apontar para o desejo de “ser mais um soldado nesta trincheira”, esse entrevistado apresenta a dinamicidade de interpretações no cerne do MST, questão que, ao invés de empobrecer-lhe, demonstra a sua riqueza e a diversidade das interpretações. Para esse camponês: “[...] até hoje eu não cultivo essa idéia de se apresentar como direção do Movimento, como [...] Tenho posição de ser mais soldado nesta trincheira mesmo. Isso permanece em mim”¹⁷. Indagado sobre o que significa ser militante e povo, observa:

[...] Militante e povo é uma coisa só. [...] acho que é aquela questão de você tornar sujeito. Pessoas que nunca imaginaram que teria o direito a palavra, de ser sempre anônimo no acampamento, ele tem essa oportunidade. Alguém vai coordenar o setor da saúde, outro vai coordenar [...], ajudar na comissão de limpeza, qualquer coisa. As pessoas se sentem

que fazemos.”Ver: MST. Construir um sindicalismo pela base. *Caderno de Formação* n. 14. São Paulo, 1987b, p.5; 9 e 22.

¹⁶ ENTREVISTA. Creuza. São Bento, setor II, 02/05/2002.

¹⁷ ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

feliz por isso, se sente importante, se sentem úteis, e aí que forjando de fato uma militância, vai se forjando uma consciência também.¹⁸

Desse modo, não há uma leitura homogênea entre os militantes e dirigentes entrevistados. Tanto que o termo “massa” comum nas publicações do MST, ao ser indagado quanto ao seu significado, causava reticências, levando à percepção de que carrega consigo contradições, mas, em vista de outras questões prioritárias para o Movimento, como, por exemplo, a necessidade da continuidade das lutas, aumento do número de participantes nas ocupações, “massificando-as” para com isso dar-se a conquista da terra, o debate se faz sufocado. Há, então, leituras contrapostas sobre a “massa”. Para alguns militantes e dirigentes, ela poderia ser denominada povo, base, ou qualquer outro termo que designasse a sua força e composição política. Para outros, simboliza a quantificação e a necessidade de ordenamento das ações, devido à impossibilidade da “massa” fazê-lo pelo seu caráter de anomia.

Cledson, um dos dirigentes do MST na região, ao apresentar o que significa o setor de Frente de Massa, evidencia a inexistência de um consenso em relação a esse debate. Em seu relato, pode-se perceber que ambos os conceitos, de massa e de povo, adquirem a mesma significação:

[...] pra mim, dos setores do Movimento Sem Terra, um dos principal setor hoje é a Frente de Massa. Porque a Frente de Massa? Porque massa é povo, massa é povo. Então podia ser Frente do Povo. Frente de Massa já seguindo aí o ditado mais popular que tem como compromisso ir pros municípios, principalmente os mais pobres nas periferias da cidade, juntar o povo, juntar o povo lá no bairro e tentar convencê-lo eles pra vir lutar pela terra.¹⁹

Venzel, discutindo a diferença entre a concepção de “massa” e de militância, procura sinalizar para a distinção e os limites de ideais e de sonhos presentes nos sujeitos. Conforme esse militante, para a organização, o sonho está em uma nova sociedade, já a “massa” sonha com o seu pedaço de chão, o seu limite é a terra, necessitando desse modo ser carregada para a luta. Todavia, no término de sua fala, observa que não tem certeza quanto à significação do que seja “massa”, permanecendo a incógnita e o espaço aberto para o diálogo:

[...] eu acho que o que diferencia militância de massa é aquilo que eu falei antes, né? É até onde chega o desejo de cada um. Que pra mim a massa

¹⁸ Idem.

¹⁹ ENTREVISTA. Cledson. Teodoro Sampaio. Secretaria do MST, 08/03/2001.

ela chega até a terra, até o sonho de ter um pedaço de terra (pausa) e a militância chega a transpor esse sonho de ter esse pedaço de terra. Busca uma nova sociedade, que uma nova sociedade também é terra pra todo mundo. Mais a massa, se a gente, se a militância não trazer essa massa pra luta, ela não vem por si só. [...] acho que essa é um pouco a diferença. Mais também não tenho certeza disso não!! (voz entoada). Não tenho certeza se massa, porque geralmente fala massa, massa de manobra, ou a militância manobra pra esquerda ou manobra pra direita, não tenho bem certeza desse negócio. Então eu prefiro nem formar uma opinião, eu prefiro deixar uma incógnita, porque eu quero aprender sobre isso.²⁰

José Rainha, ao ser indagado sobre esse ponto, observa que faz a distinção entre “massa” e “povo” por compreender a diferenciação entre o que significa ambos os conceitos. Para ele, o conceito de povo é bastante utilizado pela Igreja Católica ao se referir às pessoas como um todo, já para o MST, a “massa” explicita aqueles que se encontram excluídos, os quais, no seu dizer, “não são todas as pessoas”. Fiando essa compreensão, esse entrevistado observa que:

São conceitos. Porque você trabalha o povo brasileiro são muitos [...]. A Igreja trabalha o sistema povo, porque ela trabalha todo mundo. Quando você trabalha, faz o uso a massa de trabalhadores, você trabalha a massa falida, quer dizer a massa paupérrima, a massa excluída que é o monte, neste sentido, porque a massa é um monte, milhares, milhões. Então a massa de pobres e excluídos. Quando você bota povo. Todos nós somos povo. O intelectual é povo, o empresário é povo. Ele é gente, ele é povo, no sentido povo. Agora quando você trabalha a massa, você trabalha o excluído. E eu trabalho muito, quando eu uso a massa, é a massa de pobre excluído, porque ele é a grande maioria excluída. Então é nesse sentido. Eu trabalho também o sentido povo. Quando eu uso a terminologia povo, eu tô usando povo excluído. O povo marginalizado, se não você bota no geral. A Igreja não trabalha, ela costuma trabalhar todo o povo como seres humanos, que todos somos. É igual você trabalha seres humanos, é todo mundo. Não importa se é rico, se é pobre, é tudo ser humano. Quando você trabalha ser humano no ponto de vista ideológico, aí você trabalha a classe. Então quando nós trabalhamos isso, massa, povo excluído, nós trabalhamos ideologia, classe, a trabalhadora, a excluída, a marginalizada. Aí você tem [...] são ideologias. Aí você trata pra organização. É nesse sentido que eu trabalho essa relação. É muito mais pedagógico você trabalhar com o pessoal, usar isso, essa terminologia. Eu uso muito isso: a massa falida, a massa excluída trabalhadora. Aí eu tô trabalhando ideologia. E quando você trabalhar povo no sentido só, eu tô trabalhando todo mundo. E não é todo mundo que é excluído, miserável. Então, é nesse sentido, pedagogia de trabalho.²¹

Compreendo que não se trata somente de indagar sobre a questão semântica, conceitual ou mesmo pedagógica quanto à utilização das terminologias “massa²²” ou

²⁰ ENTREVISTA. Venzel. Teodoro Sampaio, 18/08/2001.

²¹ ENTREVISTA. José Rainha. Teodoro Sampaio, 30/06/2003.

²² Conforme Ferreira, massa significa: “1. Quantidade mais ou menos considerável de matéria sólida ou pastosa, em geral de forma indefinida. [Cf. pasta (1 e2)] 2. P. ext. Quantidade relativamente grande de um fluido: massa de água; massa de ar. 3. Aglomerado de elementos (em geral da mesma natureza) que formam um conjunto: massa de edifícios, de penedos. 4. A totalidade, ou grande maioria: a massa

“povo”, vendo-as como se estivessem descoladas da realidade, ou seja, do que se vive, mas de analisar principalmente o sentido atribuído às práticas e às representações, ao vivido e ao percebido pela organização para se pensar as pessoas comuns em meio ao MST e à sociedade, enfocando ainda a interpretação que os camponeses, de um modo geral, apresentam acerca do Movimento.

Ambigualmente, em diversos espaços, seja no acampamento, no assentamento, nos congressos, nos encontros, nos cursos de formação, vê-se diluído o sentido de quantificação da “massa”, já que as pessoas vão se “des-cobrando”, se “re-conhecendo” como potencialidade e força em suas singularidades e no sentido do coletivo vivido nesses momentos. A percepção de ser camponês em confronto com a constante opressão, e o saber dizer não a partir do dimensionamento de novos valores, constituídos nos tempos de luta das ações do MST e no cotidiano da “terra de trabalho”, expressam ações que “re-dimensionam” a leitura da “vanguarda”, ou seja, daqueles que necessitam estar à frente para que a “massa” avance.

É comum nos relatos dos dirigentes a afirmação de que a sabedoria emana do povo, que tem as respostas para as questões que lhe aflige²³, basta saber indagar, como observa Venzel: “[...] o maior aprendizado que a gente tem é no meio do povo. O povo te ensina, o povo aprende no dia a dia, não necessariamente uma universidade vai te ensinar tudo o que é bom pra sua vida, né?”²⁴

dos ouvintes; 5. Mistura de farinha com água ou outro líquido, formando pasta: massa de bolo. 6. Comestível cru, de farinha de cereais amassada, destinado a ser cozido: massa alimentícia. 7. Qualquer iguaria feita com essa massa: O prato de massa hoje foi lasanha. 8. Substância mole e pastosa preparada para determinado fim; pasta: massa de tomate; massa de porcelana; massa de pedreiro. 9. Número considerável de pessoas que mantêm entre si uma certa coesão de caráter social, cultural, econômico, etc.: alfabetização da massa. (Nesta acepção, opõe-se a indivíduo (3)). 10. Turba, multidão”. Percebe-se que há uma variedade de conceituações para a massa, prevalecendo todavia o caráter quantitativo. Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rev. Ampl., 29ª. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.1099.

²³Valverde cita um trecho de Mao-Tse-Tung, um dos referenciais do MST, que é significativo para se pensar a compreensão estabelecida pelos militantes e dirigentes no que se refere ao saber das “massas”. Nas palavras de Mao-Tse-Tung: “Em todo o trabalho prático de nosso Partido, toda direção correta está baseada necessariamente no princípio: ‘das massas às massas’. Isto significa recolher as idéias (dispersas e não sistemáticas) das massas e sintetizá-las (transformá-las, mediante o estudo, em idéias sintetizadas e sistematizadas) para depois levá-las às massas, difundir-las e explicá-las, de modo que as massas as façam suas, perseverem nelas e as traduzam em ação, e comprovar na ação das massas a justeza dessas idéias. Depois, há que voltar a recolher e sintetizar as idéias das massas e levá-las às massas para que perseverem nelas, e assim indefinidamente, de modo que as idéias se tornem cada vez mais justas, mais vivas e mais ricas de conteúdo. Tal é a teoria marxista do conhecimento”. Ver: VALVERDE, Monclar Eduardo Goes de Lima. *Militância e poder – Balizas para uma Genealogia da Militância*. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.228.

²⁴ENTREVISTA. Venzel. Teodoro Sampaio, 18/08/2001.

É também costumeira, como se depreende de parte das entrevistas e dos cadernos de formação, a visão de que é necessária a camada dirigente, a auto-referendada camada pensante a iluminar o caminho para que a massa não se perca na luta pelo imediato. São situações-limite, pois, se por um lado, há o saber que emana do povo, esse saber necessita ser ordenado por aqueles que detêm o saber pensante. Ele existe enquanto possibilidade, mas perde-se no terreno da luta pelo imediato.²⁵

A entrevista realizada por Narita, com José Rainha, evidencia essa leitura, de que não é preciso que todos pensem, já que alguns vão pensar, “vão estar conscientes”, e “outros vão participar”. Apresenta-se nesse relato a leitura da vanguarda, a quem cabe a direção exclusiva do processo de lutas:

O povo não percebe o mal que é o capitalismo porque tem um poder manipulador; quem tá tem os mecanismos de manipular: a escola e os meio de comunicação sociais. Quem vence é quem tem dinheiro. E o povo não tem consciência. Mas não precisamos fazer a consciência de todo mundo pra fazer a luta: é uma parte que tem que estar consciente, e os outros vão participar. Por isso que o socialismo é uma construção. Eu acredito que uma parte dessa consciência nós vamos construir²⁶.

Na série cadernos vermelhos do MST, quando da discussão sobre “Como organizar a massa”, observa-se a seguinte afirmativa: “[...] a massa pode não ter consciência dos problemas que tem, mas ‘sabe de cor e salteado’ as dificuldades que enfrenta. Ela sabe tudo o que falta, não sabe das causas e quem são os culpados por tudo isso, por isso tem dificuldades em se organizar por si própria”²⁷. Ressalta-se que: “As mobilizações sempre devem trazer ganhos materiais. Não basta alcançar

²⁵Essa questão remonta às influências teóricas do MST, como, por exemplo, da obra “Que Fazer?”. Para tanto, ver LENIN, Vladimir I. *Que fazer?* 2. ed., Lisboa: Editoria Estampa, 1973, p.39. Nessa obra, observo o trecho em que Lenin (1973, p.39) assinala ser preciso “a consciência socialdemocrata” dos operários advir do exterior, já que: “A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com as suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência tradeunionista, quer dizer, a convicção de que precisa se agrupar em sindicatos, lutar contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais”. Valverde, discutindo a “militância e o poder”, ao refletir sobre esta obra de Lenin, salienta que seu eixo está na: “oposição consciência espontânea/consciência socialdemocrata”. Assim: “Lênin procura demonstrar a tese de que o que ele denomina ‘consciência socialdemocrata’ só pode ser introduzida na classe operária a partir de fora, apelando para o fato de que a teoria socialdemocrata (o marxismo) só pode ser elaborada por intelectuais, provenientes das classes possuidoras”. Consultar: VALVERDE, op. Cit, p.101.

²⁶ Apud NARITA, Stella. *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, p.352.

²⁷ MST. Como organizar a massa. São Paulo, *Cadernos Vermelhos*, 1991, p.11.

vitórias políticas. Isto é importante para a organização e para os militantes. A massa precisa de conquistas econômicas para manter-se estimulada e continuar na luta”²⁸.

Percebo, por essa interpretação, uma clara distinção entre o que é importante para a organização - a direção e os militantes – e o que faz com que a “massa” se mantenha estimulada para que não desista de participar. Em relação à organização, importam as “vitórias políticas” para que delas se alimentem. Já a “massa” requer as “conquistas econômicas”, o que faz com que permaneça na luta. Indago se não estaria aqui, nesta leitura, um dos empecilhos para a apreensão, por parte da própria organização, das práticas e representações camponesas.

É preciso observar que a afirmação da inexistência da consciência por parte da “massa” não se refere a uma especificidade do MST no Pontal, como sugere parte dos militantes e dirigentes e alguns de seus assessores, ao assinalarem que a região traz essa carência devido a ausência de um trabalho sólido de formação anterior ao acampamento. Algumas publicações do Movimento no âmbito nacional referendam a leitura da inexistência dessa consciência em relação ao campesinato, visto como “ingênuo”, “artesanal”, somando-se ainda a visão do “atraso” e do “arcaico”.

Se na interpretação de documentos do MST, o político e o econômico se distinguem e expressam interesses diversos para a “massa” e a “organização”, isso parece sustentar o entendimento de que é possível dissociá-los na apreensão dos saberes dos camponeses inseridos no processo de luta. Entretanto, é perceptível, por vezes, nas narrativas, a associação de valores para os camponeses, ultrapassando a concepção de que a “massa” seja um receptáculo preche de sabedorias da vida e da compreensão do imediato, mas “vazio” de entendimento do porque o imediato se estabelece de um modo e não de outro. A discussão que Edward. P. Thompson estabelece quanto aos valores é elucidativa para repensar essa questão:

[...] os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações, são tão "sujeitos" (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história

²⁸ Ibidem, p.15.

geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados²⁹.

Bil, discorrendo sobre o que muda do acampamento ao assentamento, com enfoque para a organicidade política dos camponeses, salienta que:

O Movimento põe militante em todo o assentamento, mas ao longo do tempo, os trabalhador vem cansado do acampamento. Não é fácil agüentar barraco quatro, cinco anos, ele chega parece que rebelde no assentamento. Os que pega consciência política não, tudo bem, mas agora os que não conseguiu pegar consciência política fica rebelde, fala: ‘tô solto, ninguém manda mais em mim, nem o governo, nem o sistema’, daí a pouco tá quebrado e acaba com a organicidade. Até então é assim, aí topamos com uma grande dificuldade, uma grande dificuldade.³⁰

É preciso pensar os limites da afirmativa de que “os que pega consciência política” conseguem acompanhar o Movimento, enquanto os outros “fica rebelde” no assentamento. Diferentemente do “laboratório”³¹, a vida não se resume à “consciência de classe”, se vista como um molde ou um formato, no qual há um encaixe em que, aquele que consegue se adequar, aprende então os princípios da organização, tornando-se dela parte. Por construir-se, fazer-se no processo de lutas, os homens e mulheres descobrem-se capazes por meio de suas experiências, sugerindo um novo olhar para as suas práticas. É válido, desse modo, apreender as potencialidades da luta também a partir da “rebelia que se expressa não somente pelo espaço do confronto, do enfrentamento direto, mas também pela conformação, como meio de luta para se manter camponês. Assinala Chauí³² que os homens e mulheres conformam-se ao resistir e resistem ao se acomodar.

Mesmo apresentando a subordinação dos camponeses à lógica capitalista, as considerações de Simonetti são sugestivas para a discussão do modo de vida dos sujeitos não necessariamente condicionados a essa lógica, principalmente na medida em que buscam reafirmá-lo a partir do universo simbólico/cultural:

²⁹ Op. cit, p.194.

³⁰ ENTREVISTA. Bil. Teodoro Sampaio, Secretaria do MST, 29/04/2002.

³¹ Termo empregado pela militância e direção do MST, como uma das formas de organizar os camponeses tanto no tempo do acampamento, quanto no assentamento, haja vista o objetivo do desenvolvimento do trabalho coletivo, nos moldes de uma empresa bem-sucedida, no caso as Cooperativas. Esses laboratórios derivam da influência de Moraes (op. cit) com a teoria dos “laboratórios organizacionais no campo”. Para uma reflexão da resistência camponesa em relação aos laboratórios, ver: BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná*. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

³² CHAUI, Marilena S. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Ao mesmo tempo em que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores. A recusa em trabalhar para um patrão, mas com liberdade em sua própria terra é um exemplo dessa resistência³³.

Na análise das histórias de vida e de luta, compreendo que as questões econômicas e políticas são vivenciadas pelos camponeses, de maneira que, mesmo expondo a situação de carência, não se sobrepõem ao seu modo de ser e de viver social, culturalmente, anulando-lhes a potencialidade do saber, o que se depreende desde o tempo do acampamento, como, por exemplo, na mudança e inversão de valores em relação às cercas e ao direito à propriedade.

Seu Aparecido, ao contar a sua história de luta no acampamento União da Vitória e o modo como entravam na fazenda para o plantio, retirando-se logo em seguida para o acampamento, pela “ação motorizada”, evidencia essa afirmativa. Com voz enfática, esse entrevistado narra uma passagem de sua vida em meio ao processo de lutas, em que, ao ser preso e interrogado na delegacia de Mirante do Paranapanema, num diálogo com o delegado, expôs sua concepção de direito:

Seu Aparecido - Quando eu cheguei lá ele só perguntou:

Delegado - Mais o que vocês tavam fazendo lá?

Seu Aparecido - Ai, nós fomos lá pra tomar aquela terra, pra plantar milho, arroz, feijão [...]

Delegado - Mais por que? Aquela fazenda lá tem dono? Não tem não?

Seu Aparecido - Tem dono, mais é muita terra, tá sobrando terra, e a gente quer um pedaço. Nós fomos lá, tombemos e plantemos.

Delegado - Tá arrependido?

Seu Aparecido - Digo, tô não, não fiz coisa errada!

Delegado - Então você acha que tá certo?

Seu Aparecido - Tá certo sim, agora nós vamos plantar, e agora se ele quiser vai resolver com o governo, lá com o presidente, nós quer a terra plantada!!³⁴

Esse relato é sobremaneira ilustrativo por evidenciar os valores a fazer com que os camponeses permanecessem na luta como acampados, dimensionando as práticas e representações, se “re-construindo” nas diversas situações vividas como sujeitos de direito. A concepção de direito, costumeiramente imposta pela constitucionalidade para os pobres do campo e da cidade, remeteu-lhes, quase sempre, à necessidade de uma posição de passividade; todavia, formas diversas evidenciaram (e evidenciam) inversões possíveis ante as tentativas de ordenamento

³³SIMONETTI, Miram Claudia Lourenção. *A longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.56.

³⁴ ENTREVISTA. Aparecido. São Bento, setor III, 01/07/2002.

ao longo da história brasileira. O plantio e o alimento, como se percebe no relato, se sobrepõem ao direito de propriedade do fazendeiro. Ter a terra plantada requeria naquele contexto a ousadia, a teimosia e a consequente inversão do direito. E foi isso o que homens e mulheres fizeram e construíram - como constroem ainda no tempo presente -, em ações que desnudaram concepções de direito e possibilitando a compreensão de suas histórias por outras vias que não a única e exclusiva das “conquistas imediatas”, ou seja, da determinação econômica a inviabilizar-lhes a potencialidade dos sonhos e da utopia.

Diferentemente da massa desordenada, opaca, sem vida, como trata Baudrillard³⁵, o que percebo quanto aos camponeses, são sujeitos que construíram (e constroem) a história do MST, pagando, por vezes, o preço da própria vida, como se pode apreender na luta pela terra no Brasil, desde o princípio da colonização, fortalecida na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando das chacinas, por exemplo. Tratam-se, então, de histórias de vida e de morte.

No caso do Pontal, a prática da milícia armada, derivada das ações da UDR (União Democrática Ruralista) no percurso da década de 1990, tornou-se costumeira, quase que complemento dos aparatos policiais. Porém, a forma como o Movimento Sem Terra desenvolveu suas lutas e, no dizer dos camponeses, os métodos empregados, como, por exemplo, o da “ação motorizada”, fizeram com que sua história não se assemelhasse aos campos de Rondônia e do Pará.

Zelitro observa que, por mais difíceis que tenham sido (e sejam) as lutas devido às prisões, as perseguições vividas pela organização: “[...] nós nunca tivemos uma vítima fatal”. Destaca ainda que:

[...] nós nunca tivemos um despejo violento assim por parte da polícia, de chegar, de criar um amedrontamento e trazer consequência de desmassificação. A sociedade entendeu ligeiro o papel do MST aqui, porque nós optamos em não penetrar neste espaço de disputa política eleitoral.³⁶

Nas práticas, costumeiramente carregadas de avanços e de recuos, homens, mulheres e crianças desenharam (e desenham) a trama de suas vidas, por entre os barracos nas cidades de lona, no espaço público das estradas, avenidas, praças e na labuta da terra. As diversas experiências dos sem-terra nos acampamentos até chegar

³⁵ BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas*. O fim do social e o espetáculo das massas. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³⁶ ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

aos assentamentos exemplificam a persistência camponesa no fazer-se sujeitos em meio ao processo de lutas, ainda que também sujeitados à violência, principalmente a vivida pelos militantes e dirigentes, constantemente acusados de “formação de quadrilha”, dentre outras incriminações.

Num texto de estudos utilizado como material de formação do Movimento, intitulado “Um passo a frente”, chama a atenção o item que corresponde às “tarefas internas do MST”, ao afirmar ser preciso a militância: “Manter a mobilização permanente e a luta de massas”, pois “as massas somente se conscientizam, quando lutam”³⁷. Dando prosseguimento a essa leitura, salienta o texto: “Devemos ser um fermento no meio da massa trabalhadora em geral, para fomentar lutas de massa”.³⁸

Nesses termos, percebo que o fermento seria a organização do MST, por meio da direção e da militância, já o trigo seria a “massa” (a farinha que necessita ser amassada e conformada, juntando-se ao fermento para que ela cresça, sem esse, permaneceria pó). A “massa” por si só se esvairia ao vento. Numa outra interpretação, penso em pessoas que, sendo fermento, na luta cotidiana pela sobrevivência, juntam suas forças, seja no trabalho familiar, sejam nas práticas coletivas, para enunciar interesses e por eles lutar, os quais, sendo singulares, tornam-se também plurais, dando forma e força ao Movimento Sem Terra.

Não se trata, aqui, de enaltecer o voluntarismo ou o espontaneísmo, para justificar a existência do sujeito para além da “massa” nos acampamentos e assentamentos, prescindindo da organização, mas de compreender que é possível a confluência de ideários e de saberes para apreender a própria constituição do corpo que sustenta esse Movimento. Entendo como corpo a completude do sujeito, sem a distinção de membros e de cabeça. Desse modo, tratar os sujeitos sociais a partir da concepção de massa, ou pensá-los exclusivamente pelo olhar do sujeito coletivo, é anular a capacidade de autonomia, de utopia e de desejos que pertencem ao indivíduo, sem necessariamente torná-lo “individualista”. Ser coletivo, no meu entender, não quer dizer, radicalmente, a necessidade de deixar de ser indivíduo. É possível a confluência de valores, em práticas e representações, que, imbuídas de subjetividades – do desejo de ser pessoa –, tragam em seu bojo também as condições

³⁷ MST. Preparação dos encontros estaduais e 9. Encontro Nacional MST. *Caderno de Formação* n. 25. São Paulo, 1997, p.42.

³⁸ *Ibidem*, p.43.

objetivas que a vida carrega, particularmente na percepção das carências materiais e na apreensão de que é preciso, na vivência dessas condições, buscar a sua superação.

Numa outra fonte do MST, denominada “Construir um sindicalismo pela base”, elaborada em conjunto com Departamento Rural Nacional da CUT, na discussão do trabalho de base, há também a afirmação de que a “massa” necessita ser despertada, sendo a militância vista como “o fermento que põe a massa em movimento”, por essa ser incapaz de seguir os percalços que o movimento de lutas apresenta, caso não tenha uma direção:

Tem gente que fala da massa com pena, por desprezo ou tática. A finalidade de nossa militância é despertar a massa e organizá-la. É verdade que o fermento põe a massa em movimento, porque a massa não vai sem direção. Mas é ela que faz a mudança. Por isso, a massa que é a maioria deve ser sempre a parcela mais importante das nossas atividades³⁹.

Nessa publicação há uma clara distinção entre o que é a liderança e o que significa a “massa”. Salienta-se que, por ser aquele que fala e representa publicamente o pensamento e o desejo do povo, o líder é sinônimo de direção: “É por isso que a massa apóia e segue o líder”. Reforça-se ainda a necessidade de que “o líder não vire um ‘chefe’ ou um aproveitador”, daí o trabalho de base exigir que “ele pertença a um grupo de confiança que garanta os acertos”⁴⁰.

Quanto a essa discussão, observo as considerações de Bernardo M. Fernandes, ao refletir sobre o conceito de massa na visão liberal e “revolucionária” (aspas do autor). Esse autor expõe que, para Baudrillard: “Ninguém pode dizer que representa a massa, e esta é sua vingança. As massas não são mais uma instância à qual se possa referir como outrora se referia à classe ou ao povo”⁴¹. Fernandes salienta que, se associadas às duas visões, a liberal e a “revolucionária”:

[...] podemos chegar à seguinte conclusão: em vez de transformar, a massa se transforma em mais massa, ela absorve toda a energia, todo o trabalho, e não produz nada de novo, ela se reproduz nela mesma, sempre. Aqui cabe muito bem a idéia de máquina que se reproduz continuamente.

³⁹ MST. Construir um sindicalismo pela base. *Caderno de Formação* nº 14. São Paulo, 1987b, p.12.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Apud FERNANDES, Bernardo M. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. *Caderno Prudentino de Geografia*, n.16, AGB, Setembro de 1994, p.156. A análise que Baudrillard estabelece acerca da “massa” difere frontalmente das narrativas por mim coletadas no Pontal, já que, no campo das representações, as falas dos assentados, dos militantes e dirigentes, em sua maioria, narram a compreensão do MST como a sua representação. Entendem ainda que as ações que estabeleceram (e estabelecem) como sujeitos da história do MST são significativas para o nascer da luta dos “sem-terra” na região.

Quanto mais se pretende dar forma para a massa, mais a massa se desfigura.⁴²

Anterior a essa publicação, no ano de 1993, esse autor, em texto mimeografado, já havia levantado a problemática do conceito de “massa” para discutir as pessoas comuns no Movimento. Ao propor essa polêmica para o MST, apontava, então, os limites da utilização da expressão “frente de massa” para designar o setor responsável em organizar os trabalhadores sem-terra na comunidade. Naquele contexto, discorrendo sobre esse conceito, assinalava Fernandes que:

A massa não tem razão, embora tenha propostas não consegue realizá-las, ela não pensa, apenas absorve os comandos de seus líderes que ajudam a massa a se organizar para atingir seus objetivos. As lideranças dão ordem a uma massa disforme, procuram dar uma forma para a massa. Aqui a massa tem como representação máxima os seus líderes, que são a parte pensante e exercem uma influência muito grande sobre a mesma, que lhe dá segurança, garantias, etc⁴³.

Fernandes propunha, na época, uma revisão do termo e do sentido atribuído a ele, chamando a atenção para a distância que se impunha entre aqueles que o MST considerava massa e a liderança, cabendo a primeira o ato de ser conduzida e à liderança a ação de “pensante” na condução do processo. Entretanto, em vista das condições imediatas de necessidade de encaminhamento das ocupações, como reforça, o debate foi deixado de lado pelo MST, e por ele próprio. Numa entrevista com esse pesquisador, indaguei sobre esse debate. Como resposta, observou que:

[...] eu continuo defendendo o princípio do texto de que a massa não é uma coisa que o movimento social deva defender, porque massa é aquilo que não tem forma, é aquilo que o Marx chamou de ‘saco de batatas’, né? Então eu sou favorável à organização social, à organização política, à conscientização e à construção da identidade. Mas eu sei que isso não é um trabalho só do Movimento Sem Terra. Isso é um trabalho do Movimento Sem Terra, isso é um trabalho da Universidade, isso é um trabalho do Partido, isso é um trabalho dos Sindicatos, esse é um trabalho de toda a sociedade [...].⁴⁴

Alguns teóricos do MST, como, por exemplo, Bogo, ao referirem-se à formação ideológica dos camponeses e a consequente necessidade de formação de quadros para atuar no processo de transformação revolucionária, assemelham-se, em alguns momentos, à leitura de destituição do papel de sujeitos, pois se esses não se apresentam na perspectiva do “sujeito revolucionário”, com a ação de “socializar os

⁴² Ibidem.

⁴³ FERNANDES, Bernardo M. *Amassando a massa* – para uma crítica ao conceito de massa. Presidente Prudente: [s.n], 1993, p.2. (mimeografado)

⁴⁴ ENTREVISTA. Bernardo M. Fernandes. Presidente Prudente, Campus da UNESP, 21/03/2002.

meios de produção” e negar a propriedade privada, dentre outras prerrogativas entendidas como básicas para a transformação da sociedade, passam a ser os entraves para o desenvolvimento de um projeto amplo de socialização, devido “à superstição, à tradição, à contemplação e ao raciocínio associativo”⁴⁵.

Discorrendo sobre a consciência política, observa Bogo que é “[...] através da prática que o ser humano modifica a natureza das coisas e assim moldará a sua própria conduta. É desta relação com a natureza que o ser humano torna-se parte da própria natureza ‘como uma de suas forças’”. Todavia:

[...] a cultura camponesa produzida através das relações, mais com a natureza do que com as pessoas, vem assumir características muito particulares que estão vinculadas ao mito, à superstição, à tradição, à contemplação e ao raciocínio associativo, caracterizando assim a formação do camponês através de aspectos espontâneos. Ao contrário do operário que estabelece relações de produção através da programação do trabalho. Desta forma é que se deve estabelecer uma relação no processo de formação política, que ‘transforme esta natureza’ complexa, ingênua, em uma natureza ‘descomplexa’, ‘desmistificada’, a partir de novos referenciais e padrões de vida e de convivência. Isto somente será possível através de uma organização política e social que atue, conscientemente, sobre a realidade humana, social e natural⁴⁶.

Ao considerar a natureza da cultura camponesa “complexa, ingênua”, necessitando tornar-se “descomplexa, desmistificada”, devido aos aspectos espontâneos que prevalecem na sua formação, Bogo insere-se na visão do “atraso”, do “messiânico” para entender o camponês, ou mesmo na visão do “artesanal”. Por meio da “desqualificação”, objetiva-se “qualificar”. Porém, a realidade é muito mais dinâmica que a tentativa de sua exposição no plano teórico, como bem sabe este sujeito e teórico do MST, já que questão evidenciada na criatividade e na riqueza do Movimento, em que Bogo, contraditoriamente, é um dos expoentes, inclusive pelas suas práticas em meio a esse Movimento. Conforme esse autor:

Há uma tendência muito forte entre os camponeses de se apropriarem individualmente da terra. [...] o assentado não se apropria apenas da terra como território, mas estabelece sobre ele seu próprio governo, com leis, planos de produção, relações de trabalho, controle financeiro, relação com o mercado e ninguém poderá intervir, a não ser nos aspectos em que ele decide contribuir. Essa relação individualizada e individualizante com a propriedade, determinará o modo de agir e de pensar do camponês e se tornará cada vez mais rígida quanto maior for o tempo de duração dessa relação. Individualizará também o entendimento de seus filhos que passarão a perceber o mundo a partir dessa lógica das partes isoladas do todo. Há duas formas de enfrentar esse desafio: o primeiro, mais rápido,

⁴⁵ BOGO, Ademar. *A formação ideológica dos camponeses*. Bahia, Nov/1998a. (mimeografado) 1998a, p.5.

⁴⁶ Ibidem.

que é ir privando o camponês individual das possibilidades de continuar com seu individualismo. Segundo, através de um novo modelo de assentamento, prevendo um tempo mais longo, é ir influenciando na formação dos filhos para que estes venham, no futuro, a renegar a propriedade privada como possibilidade de desenvolvimento da vida na agricultura, através da cooperação nos seus diferentes níveis⁴⁷.

Ao discutir a “vez dos valores” para o MST, partindo da reflexão do papel dos sem-terra no princípio do novo milênio, salienta:

No final do século e do segundo milênio, a história nos responsabilizou a não falarmos em nome próprio, mas em nome de uma organização, o MST. Nos tornamos fortes, em parte pela nossa capacidade de simplificarmos as ‘impossibilidades’ tornando-as reais. Mas também pelas virtudes que conseguimos desenvolver. Estas atingiram a profundidade do imaginário da sociedade. Os ricos temem mais nossas virtudes que nossa força orgânica. Pois estas movem consciência e corações para plantar utopias no cenário social⁴⁸.

Segundo esse autor, os sem-terra tornaram-se fortes pela capacidade de “simplificar as impossibilidades”, fazendo-as concretas, reais, porém, também pelas virtudes e valores que foram desenvolvendo na trajetória de Movimento em construção. As virtudes, por atingirem “as profundezas do imaginário da sociedade”, fizeram com que a sociedade se sensibilizasse para as questões que afligiam o campo brasileiro, contribuindo ainda para um olhar sobre si e sobre as mazelas sociais, pela forma como a questão agrária fora (e vem sendo) tratada na história.

Para Bogo, “[...] nada pode ser mais perigoso do que algo que se move por conta própria. Pois foge do controle e da repressão dos poderosos”⁴⁹. Essa consideração, contraditoriamente, assemelha-se às observações de Baudrillard, quando salienta a força da dissolução do(s) poder(es) pelas massas através de sua indiferença ou de seu silêncio. Bogo confronta-se, porém, com este autor ao vê-las como potencialidade histórica e não como o seu contrário, ou seja, a “massa amorfa” ou o “vazio da política” sugerido por Baudrillard.

Confronta-se, ambigualmente, ainda com a leitura estabelecida por outras fontes do MST, a exemplo de Moraes⁵⁰ e de seu próprio texto⁵¹, ao compreender a “massa”, ou, no caso, o “camponês”, pela premissa da necessidade de formatação dos valores artesanais em princípios revolucionários, os quais estão presentes no operariado, mas negados pela condição do “atraso” da cultura camponesa.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ BOGO, A. A vez dos valores. *Caderno de Formação*, nº 26. São Paulo, 1998b.

⁴⁹ Ibidem, p.6.

⁵⁰ Op.cit, 1986.

⁵¹ BOGO, Ademar. *A formação ideológica dos camponeses*. Bahia, Nov/1998a. (mimeografado)

Compreendo, então, que, aquilo que “se move por conta própria”, busca fugir ao aprisionamento e remete à autonomia e à força que se constroem como contrárias à formatação. Dá-se na construção do sujeito pelas práticas estabelecidas na vida e pela luta nos diversos espaços, desde os da casa e da família aos das assembleias, ocupações, marchas, congressos, etc. Sendo assim, são práticas e representações camponesas constituídas tanto pela organização do MST, quanto pelo sujeito que, ao “mover consciência e corações”, entregar-se, deixar se levar pelos desejos, vontades, conforma sua utopia de uma terra liberta e de uma sociedade justa. Nesse sentido, Bogo ao apresentar o movimento da “massa” como existência concreta, como fez no trecho citado, possibilita a sua apreensão para além do controle e da repressão “dos poderosos”, em vista de sua consciência e de seus desejos, e não de sua “opacidade”.

Algumas considerações

O que percebo, dessa maneira, ao olhar para as evidências históricas derivadas das lutas camponesas, é o fato de que as derrotas e as conquistas ainda no tempo presente são como frutos permanentes de histórias construídas e refeitas no cotidiano das práticas familiares, no saber enraizado pela tradição, mas também na universalidade das lutas comuns, no convívio com o coletivo. Práticas essas resultantes de trajetórias vividas e representadas nas histórias de vida, no refazer dos sonhos no convívio com o coletivo do MST no acampamento e no primeiro ano do lote provisório, a exemplo do Che Guevara/Santa Clara, em Mirante do Paranapanema, e no trabalho coletivo realizado pelo grupo dos nove, oriundo do São Bento, no assentamento gleba XV de Novembro, em Rosana, assim como nas condições de vida das famílias assentadas na atualidade, na área definitiva, as quais não se encerram nas práticas individualizantes de defesa da propriedade privada, mas de defesa da “terra de trabalho”, daquela em que possam viver como espaço mantenedor da família, em que se possa plantar o feijão, o milho, a mandioca, criar o porco, a galinha, o bezerro e a sua vaquinha de leite.

Partindo dessas observações, saliento que, entender os anseios, as expectativas, as lutas e as esperanças dos camponeses no Pontal, assentados, militantes e dirigentes, particularmente dos que atuaram nas primeiras experiências do Movimento na região, implica uma leitura contraposta às análises voltadas unicamente para o fator econômico, ou para a “massa”, em vista do que se afirma

como o poder do capital a suplantar as vontades e desejos, na medida em que a sua “lógica” assim exige. Pensar o sentir, o sonhar, o que lhes dá sentido à caminhada é o que impulsiona a análise na busca de uma interpretação que não se resuma à ótica do “desvio político”, pois esta interpretação, ainda que não seja a intenção, acaba negando os saberes camponeses que não se limitam à projeção do que se considera como “consciência política” - referencial do operariado - em contraposição ao saber “arcaico”, “contemplativo” e “associativo” do camponês. Como contraponto a essa leitura, torna-se relevante a elucidação dos caminhos trilhados pelas primeiras lutas do MST no Pontal, enfatizando ainda o percurso estabelecido pelo historiador para esta empreitada, com o olhar para o que significa “ser militante, ser dirigente e ser assentado” nas práticas camponesas do MST no Pontal do Paranapanema.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas*. O fim do social e o espetáculo das massas. São Paulo: Brasiliense, 1985
- BETTO, Frei. *Ética na militância*. Palestra proferida no Encontro Nacional do MST, Janeiro 2002. (mimeografado)
- BOGO, Ademar. *A formação ideológica dos camponeses*. Bahia, Nov/1998a. (mimeografado)
- _____. A vez dos valores. *Caderno de Formação*, n. 26. São Paulo, 1998b.
- BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema -SP*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná*. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo.
- CARVALHO, Horácio M. de. *Comunidade de Resistência e de superação*. Curitiba, Janeiro de 2002. (mimeografado)
- CAUME, Davi José. *A tessitura do “Assentamento de Reforma Agrária”*: Discursos e Práticas Instituintes de um Espaço Agenciado pelo Poder. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UNICAMP, Campinas.
- CHAUÍ, Marilena de S. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2000. (Coleção Antropologia da política, n. 9)
- FERNANDES, Bernardo M. *Amassando a massa – para uma crítica ao conceito de massa*. Presidente Prudente: [s.n], 1993. (mimeografado)
- _____. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. *Caderno Prudentino de Geografia*, n.16, AGB, Setembro de 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2^a. ed. Rev. Ampl., 29. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- LÊNIN, Vladimir I. *Que fazer?* 2. ed., Lisboa: Estampa, 1973.

- MONTES, Maria Lucia Aparecida. *A. Lazer e ideologia – A representação do social e do político na cultura popular*. 1983. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- MORAES, Clodomir S. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. *Caderno de Formação* n. 11, São Paulo, 1986.
- MST. Terceiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Caderno de Formação* n. 12, Março de 1987a.
- MST. Construir um sindicalismo pela base. *Caderno de Formação* n. 14. São Paulo, 1987b.
- MST. Plano Nacional do MST- 1989 a 1993. *Caderno de Formação* n. 17. São Paulo, 1989.
- MST. Como organizar a massa. São Paulo, *Cadernos Vermelhos*, 1991.
- MST. Vamos organizar a base do MST. *Cartilha n.02*, São Paulo, Março de 1995.
- MST. Programa de Reforma Agrária. *Caderno de Formação* n. 23. São Paulo. 2. ed., 1996.
- MST. Preparação dos encontros estaduais e 9. Encontro Nacional MST. *Caderno de Formação* n. 25. São Paulo, 1997.
- NARITA, Stella. *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – USP, São Paulo.
- SIMONETTI, Miram Claudia Lourenção. *A longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VALVERDE, Monclar Eduardo Goes de Lima. *Militância e poder – Balizas para uma Genealogia da Militância*. 1986. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas.